



## **A TVE do Espírito Santo na perspectiva da abordagem das indústrias culturais<sup>1</sup>**

Luma Poletti DUTRA<sup>2</sup>  
Edgard REBOUÇAS<sup>3</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.

### **Resumo**

Este artigo busca traçar um panorama sobre a TV Educativa do Espírito Santo partindo da análise de quatro eixos propostos pelos estudos das indústrias culturais e midiáticas: os modos de financiamento, de gestão, de distribuição e seu conteúdo. A partir das informações coletadas é possível compreender que ainda há muito o que se fazer para que a emissora se aproxime mais da sociedade capixaba e adquira um caráter propriamente de espírito público. Este trabalho se propõe a contribuir para o debate da construção de políticas de comunicação que aproximem cada vez mais os veículos de comunicação não comerciais da população e os distancie das vontades dos governos.

### **Palavras-chave**

TV Educativa; Espírito Santo; TV Pública; Radiodifusão

### **A TV Educativa do Espírito Santo**

O interesse por desenvolver emissoras de TV educativas no Brasil se concretizou durante o regime militar de 1964 a 1985, quando o governo federal notou que poderia utilizar a televisão para colaborar com uma qualificação mínima de mão de obra e atender às demandas que surgiam no país. Além da “teleducação”, os canais também seriam úteis na difusão das ideologias vigentes.

O ano de 1967 marcou o início das atividades das TVs educativas com a TV Universitária de Pernambuco (TVU-UFPE), e a criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, no Rio de Janeiro, que tinham como finalidade “a produção, aquisição e distribuição de material áudio-visual destinado à televisão educativa, contribuindo, direta ou indiretamente, para a expansão do sistema de televisão educativa no país” (BRASIL, 1967). No mesmo ano foi publicado o Decreto-lei 236 estabelecendo normas para esse tipo de canal,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Jornalista recém-graduada pela Universidade Federal do Espírito Santo e pesquisadora do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas e sistemas. Email: lumadutra@gmail.com .

<sup>3</sup> Jornalista, mestre e doutor em Comunicação. Professor da Universidade Federal do Espírito Santo e coordenador do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas e sistemas. Email: edreboucas.br@gmail.com .



como a proibição de transmissão de publicidades e patrocínio de programas, e determinando que a televisão educativa se destinaria à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

No contexto da criação de emissoras educativas pelo país nasceu a TV Educativa do Espírito Santo em 1974. De acordo com Martinuzzo (2006), entre 1967 e 1974 surgiram nove emissoras educativas pelo Brasil, entre elas a TVE-ES, inaugurada no dia 13 de junho de 1974 pelo então governador Arthur Carlos Gerhardt dos Santos (1971–1975). O chamado *Canal 2* foi gerido até 1980 pela Fundação Cultural do Espírito Santo que administrava vários setores culturais do governo do estado.

A TVE foi a segunda emissora de televisão a se instalar no Espírito Santo (a primeira, TV Vitória, foi criada em 1961), e durante sua fase inicial retransmitia a programação da TV Cultura de São Paulo. Sua estrutura era precária e a produção era baseada no improvisado: de todas as TVs educativas do país na década de 1970, apenas as do estado do Espírito Santo, Amapá, Acre, Roraima e Rondônia não possuíam sequer um estúdio equipado (MARTINUZZO, 2006, p. 61).

A trajetória da TVE sempre foi marcada por problemas financeiros. Ainda no início de sua história, a falta de planejamento gerou muitas dívidas à Fundação que administrava a emissora. Com a extinção da Fundação Cultural do Espírito Santo em 1980, a TV Educativa do Espírito Santo passou a fazer parte do Departamento Estadual de Cultura.

A década de 1980 ficou conhecida como “a época de ouro” da emissora, quando produzia-se conteúdo diversificado e de qualidade. Esse período fértil foi motivado pela chegada de novos equipamentos que possibilitaram o aumento de sua capacidade de produção. Porém, a TVE-ES continuava sofrendo com a falta de atenção por parte dos governos, fato que gerou greves e mobilização de funcionários.

Em 1989 foi promulgada a Lei Estadual nº 4.256, que criou o Sistema RTV-ES, uma autarquia vinculada à Casa Civil do Palácio Anchieta, responsável pela administração da TV Educativa e da Rádio Espírito Santo, esta, pertencente ao estado desde 1939. De acordo com a nova lei, o Sistema RTV-ES teria autonomia administrativa e financeira, porém, o poder público estadual deveria exercer o controle, supervisão e fiscalização de suas atividades. Na época a conveniência administrativa foi a justificativa dada para esta ação, porém, é preciso pontuar que as emissoras em questão apresentam diferenças essenciais: a Rádio Espírito Santo é uma emissora estatal de concessão comercial, e não veicula conteúdo educativo. A TVE é um canal estatal e, por ser uma concessão educativa, deve seguir uma série de normas estabelecidas no que tange ao financiamento e à programação. Dessa maneira, duas emissoras



com modo de financiamento diferentes e com propostas distintas, se juntaram sob um mesmo sistema de organização, normatizadas pela mesma lei.

Dentro do apanhado sobre a regulamentação da TVE a Lei Estadual Complementar nº 250, sancionada em 2002, teve grande importância, uma vez que modernizou e reordenou a estrutura organizacional básica do Sistema RTV-ES e instituiu o plano de cargos e servidores da autarquia, uma antiga reivindicação dos trabalhadores dos veículos.

Para traçar um panorama sobre a atual situação da autarquia foram analisados alguns eixos básicos, adaptados da proposta de Bustamante (1999): financiamento, gestão, programação e distribuição. Além dos dados obtidos, foram levados em consideração os documentos finais de dois eventos regionais que abordaram questões ligadas à TV Educativa do Espírito Santo: a etapa estadual da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom-ES), realizada em Vitória em 2009; e o Seminário “A TVE e Rádio Espírito Santo que queremos” realizado em 2011.

## **Financiamento**

De acordo com o Art. 9º da lei que criou o Sistema RTV do Espírito Santo, apenas poderão constituir receitas: verbas orçamentárias; o produto de operações de crédito realizados pela autarquia; as receitas provenientes da prestação de serviços na sua área de atuação; receitas oriundas da alienação de equipamentos ou materiais inservíveis, o produto de doações, auxílios, subvenções ou dotações federais, estaduais, municipais ou privadas, oriundas de convênios e ou acordos celebrados; recursos de incentivos fiscais, especificados em lei e outras receitas eventuais.

Todas as receitas do Sistema são destinadas a um caixa único que deve suprir as demandas de três setores: da Rádio Espírito Santo, da TV Educativa e do Administrativo. A diretora da TVE, Marília Targueta (2012), explicou que a distribuição da verba depende da necessidade de cada setor, o que significa que o montante não é dividido igualmente entre os três. Targueta também afirmou que a questão do financiamento da TV Educativa ainda é pouco esclarecida, por isso, foi solicitada uma consulta à Procuradoria Geral do Estado para determinar quais são as parcerias que a emissora, por lei, pode realizar e como realizá-las.

O quadro abaixo representa os valores das verbas orçamentárias destinados ao Sistema RTV-ES de 2008 a 2012:



*Orçamento – Sistema RTV-ES 2008-2012*

2008	R\$ 7.808.628
2009	R\$ 9.785.538
2010	R\$ 13.272.660
2011	R\$ 14.051.099
2012	R\$ 11.922.978

Fazendo uma comparação com o orçamento de outras emissoras vinculadas a governos estaduais, em 2011 a Fundação Cultural Piratini (que administra a TV Educativa do Rio Grande do Sul e a Rádio FM Cultura) teve um orçamento de R\$ 19,4 milhões. Em 2012 este valor baixou para R\$ 17,2 milhões, dos quais R\$ 300 mil foram destinados especificamente aos investimentos nos veículos. As cifras aumentam quando se examinam estatais “maiores”: Eugênio Bucci (2008) afirma que a TVE do Rio de Janeiro fechou o ano de 2005 com um contrato de gestão de R\$ 38,9 milhões, além do que conseguiu captar junto a empresas. Ao todo a emissora arrecadou R\$ 72,6 milhões.

De 2008 a 2012 observou-se um crescimento de 52% no orçamento do Sistema RTV-ES. De acordo com dados orçamentários, em 2012 foram destinados R\$ 1.267.617,00 para investimentos no sistema, o que significa que 89% da verba orçamentária foi usada para o pagamento de pessoal e encargos sociais (R\$ 8.795.793,00) e outras despesas correntes (R\$ 1.859.622,00).

Durante os cinco anos analisados o percentual das verbas orçamentárias direcionadas aos investimentos representa muito pouco. A maior parte da receita é destinada ao pagamento do pessoal e encargos sociais: em 2008 representava 71% do montante, e em 2012 representou 73%. Estas estatísticas conferem com o Diagnóstico Setorial realizado pela Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec):

Em relação à destinação desses recursos, o panorama das emissoras é bastante diverso. No caso da TV Cultura de São Paulo, 55% do orçamento é gasto com custeio e pessoal. Já a Rede Minas destina 92% do seu orçamento ao custeio e pagamento de pessoal. Observe-se que o cenário da emissora mineira se repete na grande maioria das emissoras de pequeno porte. No geral, cerca de 5% do orçamento das emissoras é destinado a investimentos. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006: p. 51)

Observa-se que houve uma redução de mais de R\$ 2 milhões na verba orçamentária no ano de 2012 em relação ao anterior. Segundo explicou o Diretor-Presidente da autarquia, Sérgio Egito (2012), o corte não ficou restrito ao setor da comunicação pública, e foi motivado por tensões econômicas que o Espírito Santo se viu envolvido como a queda na



arrecadação dos royalties do petróleo de pré-sal e o fim do Fundo de Desenvolvimento de Atividade Portuária (Fundap).

Por outro lado, uma outra fonte de renda do Sistema é a Rádio Espírito Santo, que é comercial e arrecada recursos oriundos da veiculação de publicidade e da terceirização de tempo para programas. Estes recursos são direcionados para o caixa único do sistema e ficam disponíveis para o uso dos demais setores. Em 2011 a receita comercial do Sistema RTV-ES, somou R\$ 751.970,44.

No seminário “A TVE e Rádio Espírito Santo que queremos” foram discutidos alguns pontos específicos ao financiamento da autarquia, ressaltando a importância da inclusão de ações para revitalização do Sistema RTV-ES no Plano Plurianual de Aplicações (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O assunto também foi tratado durante a etapa estadual da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom-ES), quando foram elaboradas propostas para a questão do financiamento dos veículos de comunicação pública. Uma delas foi criação dos Fundos Nacional, Estadual e Municipal de Comunicação Pública, que teria sua receita formada pelas seguintes fontes:

- (1) Pela contribuição que cria a EBC, a partir do direcionamento de recursos do FISTEL (Fundo de Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações);
- (2) Por verbas dos orçamentos públicos em âmbito Federal, Estadual e Municipal;
- (3) Por recursos advindos de contribuição de prevalência no domínio econômico (vid) que incida sobre a receita obtida em publicidade veiculada nos canais comerciais e do pagamento pelo uso do espectro por parte dessas emissoras;
- (4) Por impostos progressivos, embutidos no preço de venda dos aparelhos de TV de até 29 polegadas;
- (5) por doações de pessoas físicas e jurídicas. (Confecom-ES, 2010: p. 16.).

## **Gestão**

A TVE-ES faz parte do Sistema RTV-ES, vinculado à Superintendência de Comunicação Social do Espírito Santo, ou seja, o governo estadual é sua mais alta instância de administração. Além desta, a autarquia ainda possui órgãos internos de gestão: a Diretoria Executiva, composta por uma Presidência, uma Diretoria Administrativa e Financeira, uma Diretoria da TV Educativa e uma Diretoria da Rádio Espírito Santo; além de um Conselho de Administração que atua como órgão de deliberação e administração superior, presidido pelo Superintendente de Comunicação do estado.

Em 2012 o sistema RTV-ES conta com 111 servidores efetivos e 30 comissionados. O gasto com pagamento de pessoal e encargos sociais, como foi dito, consome a maior parte do orçamento anual da autarquia. Vale ressaltar que em seus 38 anos de história a TVE nunca



realizou um concurso público. Porém, a diretoria executiva afirma que existe a previsão de realizar ainda no segundo semestre de 2012.

Todos os cargos de diretoria são comissionados, indicados pelo governador e não têm prazos de vinculação estabelecidos. “Normalmente quando uma nova gestão assume no governo, os quadros da diretoria são alterados, mas isso não é uma regra”, afirmou a diretora Marília Targueta (2012) em entrevista. Exemplo disso foi o fato de o jornalista Tinoco dos Anjos ter ocupado a direção do sistema por 16 anos ao longo dos governos de Vitor Buaiz (1994-1997), José Ignácio Ferreira (1998-2001) e Paulo Hartung (2002-2005/2006-2009).

Não há na estrutura organizacional da emissora a figura de um organismo regulatório que atue na intermediação entre a sociedade e a emissora. Ainda que não exista uma norma que determine a existência deste tipo de órgão nas emissoras públicas, – manifestado na forma do Conselho Curador, no caso da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), desde 2008 – este organismo poderia representar a sociedade civil no âmbito da gestão da TV Educativa. A questão foi pontuada no documento final do evento “A TVE e a Rádio Espírito Santo que queremos”, em que também foi observada a necessidade de se instituir um Conselho Estadual de Comunicação. Os conselheiros curadores específicos para a Rádio ES e para a TVE teriam com a função de analisar, discutir e deliberar sobre temas como programação, gestão, aplicação de recursos, dentre outros. Esta é uma antiga reivindicação também pontuada na etapa estadual da Confecom, em 2009, que ressaltou a importância da criação de uma ouvidoria, algo também não ocorreu.

Conforme a diretora administrativa e financeira Rose Duarte (2012) afirmou em entrevista, uma nova forma de gestão com a presença de um órgão regulatório que represente a sociedade civil implica, necessariamente, na alteração da razão social do sistema e na adoção de outro modo de financiamento.

## **Programação**

A Lei Complementar nº 250, estabelece que a programação do Sistema RTV-ES deve ter como foco:

1. a produção de programas informativos, educativos, culturais e artísticos;
2. a complementação através de tecnologia educacional, das ações do sistema educativo, pela utilização de programas educativos;
3. a divulgação sistemática dos hábitos, criações artísticas, costumes e peculiaridades do Estado do Espírito Santo e de sua gente;



4. a promoção de coberturas jornalísticas, priorizando acontecimentos e atos ligados ao Espírito Santo;
5. a divulgação de informações de utilidade pública, visando esclarecer a população sobre questões de saúde, educação, higiene e economia popular;
6. a recepção e divulgação de reivindicações comunitárias, encaminhando-as aos órgãos competentes; e
7. a divulgação permanente das políticas governamentais.

Nos primeiros meses de 2012 a produção da emissora consistia em dez programas semanais de caráter esportivo, cultural e informativo, sendo a maioria exibidos à noite. Ao longo do dia é retransmitido o sinal da TV Brasil.

Em sua grade de programação a TVE realiza parcerias de produção, como é o caso do programa “Fames – Nossa música”, em que a Faculdade de Música do Espírito Santo entra como colaboradora; do “Concerto Fames”, que é transmitido quando a Faculdade promove concertos e a emissora faz a cobertura; e do programa “Na Garagem”, parceria entre a TVE e o Curso de Comunicação Social das Faculdades Associadas do Espírito Santo (Faesa). Ainda há outra produção com previsão de estreia para o primeiro semestre de 2012: o “YaH TV!”, com a Secretaria de Cultura do Estado, que irá abordar temas referentes à juventude,

Quanto à estrutura de produção da emissora, a TVE possui um estúdio que, no momento passa por reformas, e duas ilhas de edição, uma no setor de jornalismo e outra no de programação, onde são editadas as chamadas dos programas e vinhetas.

A linha de programação é uma temática que normalmente traz conflitos internos em uma emissora pública. Leal Filho (1988) descreve as disputas privadas na TV Cultura de São Paulo diante das diferentes propostas de programação que ele sintetizou em quatro: elitista, populista, conciliatória e popular. No caso da TV Educativa do Espírito Santo, é possível observar que a emissora aposta em programas de gênero cultural, pois são maioria em sua grade. Mas surpreende o fato do canal estatal não investir em um telejornalismo diário, deixando, assim, de prestar um serviço de informação importante para os cidadãos capixabas.

Em uma tentativa de classificar a programação da emissora em um dos quatro eixos destacados por Leal Filho, pode-se dizer que a TV Educativa do Espírito Santo opta pela linha conciliatória. De acordo com o autor, essa categoria busca um meio-termo entre as propostas elitista e populista, procurando atingir todos os públicos (do popular ao especializado), seu objetivo seria “elevar” o padrão cultural da audiência. Assim, a emissora produz programas do gosto popular, como o esportivo “Show do Esporte”, programas destinados ao público



jovem, como o “Na Garagem”, informativos como o “Conexão Brasília”, e também transmite concertos musicais da FAMES, atração típica das chamadas linhas elitistas.

De acordo com o diagnóstico setorial realizado pela Abepec, a maioria das emissoras associadas opta por uma linha de programação generalista e abrangente:

Na imensa maioria dos casos, a programação das associadas da Abepec tem vocação generalista – o menu contempla programas infantis, telejornalismo, transmissões esportivas, musicais, games, filmes, variedades, documentários, produtos culturais e paradidáticos. A teledramaturgia, por sua vez, aparece esparsa e sazonalmente, tanto na programação infantil quanto adulta (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006: p. 47).

Uma das propostas elaboradas no evento “A TVE e a Rádio Espírito Santo que queremos” trata da realização de uma pesquisa para que se identifique o público da emissora e quais são suas demandas em relação ao canal, uma vez que a emissora não realiza pesquisas de audiência.

### **Distribuição**

Atualmente o sinal da TV Educativa cobre somente os sete municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória<sup>4</sup>. Porém, de acordo com entrevista ao Diretor-Presidente do Sistema RTV-ES, Sérgio Egito (2012), o processo de interiorização do sinal da emissora está em andamento. No orçamento de 2012 da autarquia foram destinados R\$ 718.400 à interiorização do sinal digital da TV Educativa.

O transmissor digital e a antena já estão instalados, e as primeiras transmissões com sinal digital começaram no mês de abril. Porém, conforme afirmou em entrevista a diretora da TVE, Marília Targueta (2012): “Estes equipamentos melhoram a qualidade da imagem, porém, não influenciam no alcance do sinal da TV”.

Uma possível saída para alcançar a parcela do público que não está na Região Metropolitana é a internet. Porém, a TVE deixa a desejar na utilização desta plataforma: o portal do Sistema RTV-ES não disponibiliza o conteúdo produzido pela TV e as informações disponibilizadas são poucas e, frequentemente, desatualizadas.

### **Considerações finais**

Entre as décadas de 1960 e 1970 foram criadas várias emissoras de TVs Educativas pelo país, e em 1974 foi a vez do Espírito Santo. Apesar das dificuldades, a emissora foi uma

---

<sup>4</sup> Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão.



grande escola para muitos profissionais, com um espaço para experimentação que não havia nas demais redes de comunicação no estado.

O financiamento do Sistema RTV-ES é baseado principalmente em verbas orçamentárias. A Rádio Espírito Santo arrecada com a veiculação de anúncios publicitários, porém, o valor da receita comercial do Sistema RTV-ES representa muito pouco em relação à sua arrecadação total. Em 2011 somente 5% do orçamento geral do sistema foi oriundo de receitas comerciais, sendo 95% referentes às verbas orçamentárias do governo. Dependendo de uma fonte única de financiamento pode vir a ser uma medida arriscada para a emissora. Uma das consequências é baixo grau de autonomia de gestão e a subordinação da programação.

Quando à administração, a gestão do Sistema RTV-ES é completamente estatal, todos os cargos da Diretoria Executiva são comissionados e seus ocupantes são indicados pelo governador. De acordo com a lei que criou a autarquia, a autonomia financeira e administrativa do Sistema não exclui os serviços de fiscalização, supervisão e controle de suas atividades, exercidos por órgão estadual determinado pelo governo. O que significa que não há autonomia administrativa efetiva do Sistema.

A inexistência de representatividade da sociedade no processo administrativo da emissora também revela outro ponto que a distancia da essência de uma TV pública, que deve ser um espaço onde as decisões não fiquem restritas a um pequeno grupo de pessoas. Este é um dos principais diferenciais entre emissoras do campo público e do campo privado.

Ao analisar a programação da TVE observa-se uma ênfase na produção de programas culturais, que representam a maior parte da grade de programação. Não há programas destinados ao público infantil, e, o mais preocupante: não há produção de conteúdo jornalístico diário. Assim, a emissora estatal falha no dever de manter informado o cidadão capixaba.

Quanto à distribuição, o sinal da TVE é precário e atinge somente os municípios da Grande Vitória. A situação aparenta caminhar para uma mudança com o plano de interiorização do sinal da emissora, porém, ainda não há previsão para o término da operação. A TVE já começou a transmitir sua programação em sinal digital, o que representa um passo importante, afinal, melhorar a qualidade da imagem é crucial para aumentar a competitividade com as demais emissoras comerciais do estado. O aumento na qualidade, porém, não deve estar desvinculado ao processo de ampliação do sinal da emissora, uma vez que os impostos que pagam a emissora não são apenas dos contribuintes da Grande Vitória.

Como foi possível observar, ainda existe uma série de questões que devem ser superadas para que a TV Educativa do Espírito Santo assuma o perfil de uma televisão



pública, como foi demonstrado ser a vontade da sociedade durante as discussões da etapa estadual da Conferência de Comunicação em 2009 e do evento “A TVE e Rádio Espírito Santo que queremos” em 2011. Os principais pontos perpassam por sua distribuição, programação, financiamento e, em especial, por sua gestão. A população merece receber um serviço de comunicação pública e deve prezar pela sua qualidade e pelo direito de ocupar espaços na sua administração. É preciso estruturar uma verdadeira alternativa ao modelo comercial de comunicação, afinal, apenas com fontes de informação plurais a sociedade poderá desenvolver senso crítico, e este deve ser o principal objetivo de uma emissora de espírito público.



## Referências

BRASIL. **Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967**. Disponível em: <  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0236.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm)> Acesso em 20 dez. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 60.596, de 13 de abril de 1967**. Disponível em: <  
[http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=60596&tipo\\_norma=DEC&data=19670413&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=60596&tipo_norma=DEC&data=19670413&link=s)> Acesso em 20 dez. 2011.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BUSTAMANTE, Enrique. **La televisión económica: financiación, estrategias y mercados**. Buenos Aires: Gedisa, 1999.

DUARTE, Rose. **Sobre o sistema RTV-ES**. 2012. Entrevista concedida a Luma Poletti Dutra, Vitória, 30 jan. 2012.

EGITO, Sérgio. **Sobre o sistema RTV-ES**. 2012. Entrevista concedida a Luma Poletti Dutra, Vitória, 30 jan. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Propostas da etapa estadual – Espírito Santo – da I Conferência Nacional de Comunicação**. Vitória: Secom, 2010.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Complementar nº250, de 4 de julho de 2002**. Vitória, 2002.  
Disponível em: <  
[http://governoservico.es.gov.br/scripts/portal180\\_1.asp?documento=0202502002.doc](http://governoservico.es.gov.br/scripts/portal180_1.asp?documento=0202502002.doc)> Acesso em 5 jan. 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Ordinária nº 4.256, de 25 de setembro de 1989**. Vitória, 1989.  
Disponível em: <  
[http://governoservico.es.gov.br/scripts/portal180\\_1.asp?documento=0142561989.doc](http://governoservico.es.gov.br/scripts/portal180_1.asp?documento=0142561989.doc)> Acesso em 5 jan. 2012.

LEAL FILHO, Laurindo. **Atrás das câmeras: relação entre cultura, Estado e televisão**. São Paulo: Summus, 1988.

MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Roda VT! A televisão capixaba em panorâmica**. Vitória: Diário Oficial, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA, **1º Fórum de TVs Públicas**, Caderno de Debates 1: diagnóstico do campo público de televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.



OBSERVATÓRIO da Mídia; ASSEMBLEIA Legislativa do Espírito Santo – Comissão de Educação e Comunicação. Relatório do seminário “A TVE e a Rádio Espírito Santo que queremos”, Vitória, Maio 2011.

TARGUETA, Marília. **Sobre a TV Educativa do Espírito Santo**. Entrevista concedida a Luma Poletti Dutra, Vitória, 16 jan. 2012.